



I. APRESENTAÇÃO

Este é o 14º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP" ou "Instituição"), que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização para o exercício de 2022.

A edição de 2022 destaca as ações tomadas pela Desenvolve SP em seu plano de negócios abrangendo conceitos de sustentabilidade e inovação e o aporte de R\$ 1 bilhão realizado pelo controlador no exercício.

II. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142 de 6 de setembro de 2007, tendo sido constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma Instituição pública não dependente do Tesouro, e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 3,2 bilhões, a Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Cabe a Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual. Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

III. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2026 e de seu Plano de Negócios 2022, foram definidos como princípios transversais a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios *Environmental, Social and Governance* (ESG), ou, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG).

► MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

► VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

► VALORES

- ✓ Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- ✓ Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- ✓ Buscamos a eficiência em todos os negócios;
- ✓ Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- ✓ Temos orgulho de fazer parte desse time!

1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para o período de 2022 a 2026, foram definidas como diretrizes de atuação:

INOVAÇÃO:

- Inovar em todos os seus negócios, a fim de potencializar a sua presença no mercado, maximizar os seus resultados, garantindo a sua perenidade;
- Adotar modelos de negócios baseados em estruturas organizacionais inovadoras e de transformação digital.

SUSTENTABILIDADE: Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da Instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

PESSOAS: Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

EFICIÊNCIA: Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

RELAÇÃO COM GOVERNO:

- Participar dos Programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, modernização, reduzindo as diferenças regionais.
- Estar presente nos planos de retomada da economia após Covid-19.

2. PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2022

Alinhado ao plano estratégico, o Plano de Negócios, representado pela sua matriz de atuação, indica os caminhos táticos que o Desenvolve SP deve percorrer no ano.

Fundamentados em **Sustentabilidade e Inovação** como princípios transversais, cinco são os pilares de atuação, alinhados aos ODS: Inovação nos negócios; Inovação e crescimento organizacional; Ambiental; Social; e Governança.

3. APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023-2030

Em novembro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2030, tendo como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Princípios ESG.

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/>

4. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento a Deliberação Codec 04/2019, emitido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, envolvendo a participação de 11 membros, sendo nove do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e dois da Diretoria Executiva, mediante o preenchimento de formulários específicos.

A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consequência dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual. O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, que atestou a sua conformidade.

5. PÚBLICO-ALVO

O foco da Desenvolve SP são microempresas, empresas de pequeno e médio porte e setor público, atendendo as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, atuantes no agronegócio, comércio, indústria e serviços. As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

6. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2022

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2022-2026, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2022.

Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram como Meta Global¹ um resultado de 85,15%².

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP possui uma estrutura de Governança Corporativa que assegura a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa na execução de suas atividades, bem como uma eficaz prestação de contas com a sociedade.

A Instituição baseia suas atividades nas boas práticas de governança corporativa, utilizando para isso os seguintes instrumentos de governança corporativa: Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas de transparência e de governança e intranet.

O Estatuto Social da Desenvolve SP foi elaborado em conformidade com as leis e normativas vigentes e regulamentada, em linhas gerais, o funcionamento da Instituição, os direitos e obrigações dos órgãos colegiados estatutários.

As Políticas Internas definem parâmetros, diretrizes ou orientações, que facilitam e servem de base para o processo de tomada de decisões e comportamento em qualquer nível da empresa.

Com uma estrutura de Governança Corporativa que prioriza a descentralização do processo decisório e a tomada de decisão sempre de forma colegiada, a Desenvolve SP aumentou a sua estrutura de Governança Corporativa em 2022 com a criação de dois novos comitês colegiados internos, fortalecendo o processo:

- Comitê Gerencial: O Comitê Gerencial, criado em substituição ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios, é composto pelos colaboradores da Desenvolve SP no exercício dos cargos de Superintendente, Chefe de Gabinete, Ouvidor e Gerente diretamente vinculado a Diretoria. Suas atribuições são acompanhar a formulação e execução do Plano de Metas vigente e demais atividades relacionadas, com propostas de atuação e sugestões de aprimoramento, acompanhar os Projetos Corporativos e propor alterações, prestar contas de sua atuação para os demais gestores e funcionários da Desenvolve SP, além de apreciar temas transversais da Instituição que não são da competência dos demais comitês;
- Comitê de Tecnologia da Informação: Composto por colaboradores da Desenvolve SP, o Comitê de Tecnologia da Informação tem como principal atribuição direcionar e priorizar os investimentos e projetos estratégico, arquitetura, segurança da informação e desenvolvimento de sistemas e implantações, sempre primando pela boa governança de TI.

Por fim, visando reduzir ou eliminar gradualmente o trâmite de papel entre as unidades da Desenvolve SP, bem como em seu relacionamento com órgãos externos, a Desenvolve SP iniciou sua participação, em 2022, no Programa São Paulo Sem Papel.

8. CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pela Resolução CMN nº 4.943, de 15 de setembro de 2021, a Desenvolve SP possui uma Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC), que estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas. Como parte do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático da carteira de crédito da Instituição, são utilizadas as informações dos Cenários 2040, provenientes do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo (ZEE-SP).

Além disso, faz parte da PGRSAC a Lista de Exclusão da Desenvolve SP, que contém as atividades e os empreendimentos não financiados e as situações envolvendo condenação em crimes sociais, ambientais ou climáticos. Essa lista foi revisada, passando a contemplar itens das Listas de Exclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da International Finance Corporation (IFC), do New Development Bank (NDB), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

9. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em 2022, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se as ações voltadas à promoção de treinamento dos colaboradores. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/>.

10. PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

A Desenvolve SP participou da autoavaliação de aderência às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), onde foi disponibilizado um roteiro de atuação, com sugestões de aprimoramento das melhores práticas. Está em andamento a verificação dessas sugestões, para posterior definição dos procedimentos para implantação.

IV. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2022 a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do Estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Criação da Superintendência de Sustentabilidade e Impacto (SUSIM), responsável pela estratégia de sustentabilidade da Desenvolve SP, com atuação transversal ao planejamento estratégico e às políticas institucionais.
- Elaboração e divulgação do Framework de Financiamento Sustentável, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo conteúdo obteve avaliação independente (SPO - *second party opinion*) da empresa NINT - Natural Intelligence.
- Atualização da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece os princípios e as diretrizes de natureza social, ambiental e climática da Desenvolve SP, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021.
- Elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2021, em conformidade com a opção Essencial, as diretrizes e recomendações das normas da organização internacional *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a

¹ Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

² Resultado prévio.

Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios.

- Continuidade da adesão ao Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), cujo objetivo é incentivar empresas públicas e privadas, associações e municípios paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em 2022, a Desenvolve SP participou da publicação do livro "Acordo Ambiental São Paulo - 91 Casos de Sucesso", com o case "Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do Plantio da Integração".
- Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP, confectionada em parceria com o BID.
- Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados alinhados às metas dos ODS, cujo progresso se dará ao longo de 2023.

V. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

► Linhas de financiamento

• Setor privado

Em 2022 foi lançada a Linha Digitaliza SP. Criada em cooperação com o Senai-SP, a linha visa oferecer financiamento para implantação de projetos de transformação digital de forma rápida e simplificada. Os clientes passam por consultoria Senai para estruturação do projeto e podem solicitar o financiamento para garantir a implantação.

• Setor Público

Em 2022 foi realizada a assinatura de Convênio e de plano de trabalho para equalização parcial de juros da Linha Desenvolve Municípios (LDM), em parceria com o Governo do Estado de SP, tendo esta linha o objetivo de financiar projetos de infraestrutura urbana e de iluminação pública. Em 2022 foram contratadas 72 operações pela mesma, totalizando mais de R\$ 920 milhões em valores contratados.

Também houve o lançamento da Linha Municípios Sustentáveis (LMS), com condições diferenciadas e focada em operações de crédito destinadas a financiar investimentos municipais destinados à projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de CO² e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, além de investimentos em infraestrutura sociais, como escolas, hospitais e destinações turísticas, desta forma contribuindo para uma carteira de crédito do setor público mais alinhada com os ODS da ONU.

► Fundos Garantidores

A Instituição opera com seis fundos garantidores: FGI, FGI CL, FGI PEAC, FDA, FAMPE e FGO/PRONAMPE.

Com o objetivo de fornecer garantias para operações de eficiência energética a Desenvolve SP implementou, no final de 2022, o Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE), com patrimônio de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela GIZ. Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados para a Desenvolve SP mais de R\$ 400 milhões em operações de crédito.

► Fundos de Desenvolvimento

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº 1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados à programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

Em janeiro de 2022, a Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R\$ 46 milhões. O Fundo, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional, tem como objetivo o financiamento e o investimento em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Campinas.

Em dezembro de 2022, a Instituição firmou contrato com a Secretaria da Habitação para a prestação de serviços de administração dos recursos do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R\$ 30 milhões.

Ao final de 2022, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R\$ 3,1 bilhões, distribuídos na gestão de 6 Fundos Garantidores e de 12 Fundos Especiais de Desenvolvimento: BPP - Banco do Povo Paulista; FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos; FUNAC - Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo; FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista; FPHS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social; FUNDESVAR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira; FUNDESPAR - Fundo de Des. Econ. e Soc. do Pontal do Paranapanema; FUNDOVARE - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; FUNCET - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FEPRAC - Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas; FUNDOCAMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas; e FGH - Fundo Garantidor Habitacional.

Estão sendo negociados, junto às Secretarias de Estado, a internalização dos seguintes Fundos a Desenvolve SP, previsto para ocorrer nos próximos anos: FUMEFI - Fundo Metropolitan de Financiamento e Investimento; FDMBS - Fundo de Desenvolvimento Metropolitan da Baixada Santista; FECOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição; FRMS - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba; FRMJ - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Jundiaí (criação já autorizada por lei); FRMP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba (criação já autorizada por lei); e FSJRP - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (criação já autorizada por lei).

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R\$ 1,2 bilhão, por meio de 96 mil contratos, beneficiando 513 municípios. Em 2022, alcançou o montante recorde de R\$ 341,1 milhões, beneficiando 19,5 mil microempreendedores. O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

VI. PARCEIROS

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Desenvolve SP atua como instrumento financeiro em diversos programas, como: Programa Vale do Futuro; Programa de Crédito Turístico; Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (ProAV); Programa Novo Rio Pinheiros; Programa Pontal 2030 (Paranapanema); Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi); Programa de Apoio à Inovação; Programa Empreenda Rápido; Transformando Cidades; Programa Frota Nova; Programa Água Limpa; Programa SP + Consórcios; Programas de Crédito Emergenciais; Programa Desenvolve Municípios.

2. ENTIDADES PARCEIRAS

Em 2022, a Desenvolve SP tornou-se membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide). A Alide é um organismo internacional que representa os bancos de financiamento latino-americanos desde 1968, visando contribuir para o desenvolvimento regional, a cooperação financeira e os negócios, impulsionando setores econômicos na América Latina.

3. PUBLICIDADE, PATROCÍNIO E APOIO A EVENTOS

► Campanha Publicitária

Em 2022, realizamos campanha publicitária para divulgação de nossas linhas de financiamento sustentáveis, para inovação e capital de giro. A campanha de publicidade teve grande importância para a geração de novos pedidos de financiamento e para levar tráfego qualificado ao site.

Em períodos de maior investimento, as ações de busca que fizeram parte da estratégia da campanha foram a maior fonte de tráfego ao site da Desenvolve SP.

► **Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas**

A Desenvolve SP lançou em 2022 o Guia ESG para Micro e Pequenas Empresas - Como se adequar ao novo mundo, com a proposta de apresentar o cenário atual e alertar sobre a importância e inevitabilidade de se adaptar. Evidenciar que a economia sustentável é benéfica não só para o bem-estar da sociedade e para a preservação do meio ambiente, mas também para o sucesso financeiro das empresas e para o desenvolvimento econômico do nosso estado e país. Incentivar e orientar os empresários na construção deste novo modelo econômico mais sustentável.

Foram mais de 7,2 mil acessos à página do guia.

► **Novo site**

Em novembro um novo site da Desenvolve SP foi lançado. Uma versão com visual atualizado, mais moderno e intuitivo com o objetivo de melhorar ainda mais a experiência do usuário na busca pelos produtos e informações sobre a Desenvolve SP. O site representa o compromisso da Desenvolve SP em manter-se atualizado, e gerar a melhor experiência possível ao usuário.

► **Patrocínios**

Como parte do posicionamento estratégico desenvolvido para o fortalecimento da marca e a difusão da cultura empreendedora, em 2022 a Desenvolve SP se mostrou mais uma vez uma parceira importante em iniciativas que reforçaram o suporte ao ambiente de retomada econômica do estado em vários setores e o alinhamento da Instituição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 da ONU.

Foram firmados os seguintes patrocínios em eventos institucionais: Projeto “Agenda São Paulo 2022”, evento “Alternativas para o desenvolvimento”, evento “Semana da Sustentabilidade - 2022 - BID Invest”, evento “Agora é que são elas, protagonismo feminino nos negócios”, Almoço de confraternização - Abimaq/Sindimaq e Encontro Nacional Absolar 2022.

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

A. MUNDIAL

O biênio 2020 e 2021 ofereceu um grande desafio para a economia mundial em função da pandemia do Covid-19. Quando a pandemia surgiu em 2020, a economia global sofreu um grande choque, saindo de uma alta de 2,8%, em 2019, para uma recessão mundial de 3,8%, em 2020. As cadeias produtivas e de logística mundiais foram afetadas, provocando desabastecimento e descontrole inflacionário.

A retomada econômica em 2021 ficou condicionada à reabertura dos mercados internacionais e aos programas de vacinação, que foi essencial para o bom resultado dos principais indicadores econômicos mundiais. No biênio 2022-2023, havia expectativa de que os principais indicadores econômicos apresentassem um ritmo de retorno à normalidade, na medida em que fosse superada a pior fase da pandemia. No primeiro semestre de 2022, porém, dois acontecimentos modificaram significativamente o cenário internacional: (I) Invasão russa na região da Ucrânia e (II) a política de combate ao vírus adotada pela China, causando ruptura nas cadeias globais de suprimentos, o que pressionou a inflação em nível mundial, levando a uma desaceleração mais intensa nas principais economias. Nesse cenário, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), no relatório do World Economic Outlook (outubro/2022), as projeções para crescimento global são de 3,2%, em 2022, e de 2,7% em 2023.

B. BRASIL

Os dois primeiros anos de pandemia revelaram-se um período de resiliência para a economia brasileira. A queda de 3,9%, do PIB brasileiro em 2020 mostrou que a pandemia colocou a atividade doméstica na rota de uma recessão em níveis recordes. No entanto, as políticas fiscais, com o auxílio emergencial, monetária expansionista, com a taxa Selic em seu menor patamar, tiveram papel fundamental para atenuar esse processo ao longo de 2020. O ano seguinte, por sua vez, foi marcado pela retomada econômica, onde a economia registrou um avanço de 4,6%. Apesar deste avanço, dois indicadores importantes ficaram no radar, a inflação e a Selic. No biênio 2022-2023, mesmo com bons resultados de atividade, a economia brasileira foi afetada pelo cenário internacional. A inflação também se mostrou resiliente, com impacto determinante para o início do ciclo de alta da taxa Selic, que em outubro atingiu 13,75%. As projeções do FMI para o PIB em 2022 são de crescimento em 2,8%, e de 1% em 2023.

C. SÃO PAULO

Dentro do contexto nacional, São Paulo também foi muito impactado pela pandemia da Covid-19. No período 2020 a 2021, de acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), no estado houve fôlego e capacidade de resistência para atravessar o momento mais crítico da pandemia. Assim, os resultados econômicos do estado revelaram-se positivos, o que forneceu boas condições para uma expansão robusta em 2022. Em 2022, a atividade econômica apresentou bom ritmo de crescimento em relação ao ano anterior. De acordo com a Seade, dentre os fatores que esclarecem esse resultado, pode-se destacar o Auxílio Brasil e a flexibilização das medidas restritivas, muito favorável aos serviços, principalmente os segmentos mais afetados pela pandemia, como transportes, turismo, entretenimento, hospedagem e alimentação. Outro fator foi o crescimento de 10,8% na taxa de ocupação em São Paulo, em comparação com o primeiro trimestre de 2021. As projeções da Seade relativas ao fechamento do ano se direcionam para um crescimento moderado da economia paulista, com influência positiva dos pacotes de benefícios sociais e da desaceleração da inflação e negativa do cenário internacional. Desta forma, as projeções para o PIB paulista têm agora mínima de 1,7%, média de 2,1% e máxima de 2,7%.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

► **Desembolsos**

Os desembolsos acumulados entre 2009 e 2022, totalizaram R\$ 6,1 bilhões (13.286 operações), distribuídos em 478 municípios, para 192 prefeituras e 10.072 empresas.

Em 2022, os desembolsos somaram R\$ 735,7 milhões, sendo 66,6% liberados com recursos próprios e 33,4% com recursos de terceiros, atendendo 1.713 empresas e 38 prefeituras, abrangendo um total de 246 municípios.

Ainda sob efeito do reflexo do período de transição pós-pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas, mantendo a procura por capital de giro, o que representou 61,3% do valor desembolsado em 2022. Outros 33,8% foram destinados a projetos de investimento e 4,9% para máquinas e equipamentos.

Cabe destacar os pedidos de financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, com operações de até R\$ 1 milhão, através de 1.559 operações, totalizaram R\$ 327,2 milhões, 39,7% maior que em 2021.

Para o setor de serviços, foi desembolsado em 2022, R\$ 231,5 milhões, que correspondem a 31,5% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 22,0%, comércio com 21,1%, o setor público com 19,1%, setor de construção com 5,8% e o setor da agricultura, pecuária e pesca com 0,5%.

Os desembolsos para inovação somaram R\$ 20,5 milhões. No período de 2013 a 2022, a Desenvolve SP atingiu o total de R\$ 271,8 milhões, sendo 48,6% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

► **Setor Público**

O financiamento ao setor público, um dos focos estabelecidos no Planejamento Estratégico da Desenvolve SP, atingiu um de seus melhores resultados desde a constituição da empresa, principalmente no que tange aos temas de contratações e liberações de recursos.

• **Desembolsos**

Desde o início das operações com o setor público, foram realizados mais de 1.500 desembolsos, referentes à 360 contratos firmados com 192 prefeituras, totalizando mais de R\$ 1 bilhão em desembolsos acumulados. No ano de 2022 foram desembolsados R\$ 140 milhões, beneficiando 38 prefeituras.

• **Formalização**

Desde o início das operações com o setor público, 192 municípios paulistas já contrataram crédito para projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos, pavimentação urbana, assim como projetos sustentáveis que proporcionaram impacto ambiental positivo, contribuindo para a redução na emissão de gás carbônico.

Nesta linha, somente em 2022 foram formalizados 116 novos contratos com prefeituras, totalizando mais de R\$ 1,2 bilhão em valores contratados, valor que representa mais do que o dobro sobre o que já havia sido feito desde a constituição da empresa.

Entre os novos contratos de crédito assinados em 2022, estão projetos municipais nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, como, por exemplo, o financiamento de usinas fotovoltaicas e projetos para eficiência energética em iluminação pública.

► **Operações de Crédito**

Neste ano, o saldo da carteira de crédito atingiu marca histórica, fechando 31 de dezembro de 2022 em R\$ 2,2 bilhões, crescimento de 8,4% em relação a 2021.

Em decorrência da maior procura, em função da pandemia, as operações de crédito de capital de giro representam 52,8% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Em relação ao porte, 77,5% do total da carteira de crédito do setor privado refere-se às micro, pequenas e médias empresas, e a representatividade do saldo de carteira do setor público em relação ao total alcançou 14,4%. Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 14% de operações com vencimento de até 360 dias e 86% acima de 360 dias. Vale destacar que 85,3% da carteira está classificada entre os ratings “AA” e “C”.

• **Cobrança**

A Instituição contratou 5 (cinco) escritórios de advogados e 2 (dois) escritórios de cobrança administrativa, que tornou ainda mais efetiva a cobrança extrajudicial, permitindo também a adoção de medidas judiciais de forma mais célere. Além disso, a Instituição tem conjugado esforços visando à obtenção dos créditos de difícil recuperação, de forma a permitir uma melhoria na qualidade da carteira, bem como possibilitar o retorno do crédito com vistas à oferta para as demais empresas paulistas que dele necessitem. Como fruto dessas ações, em 2022 foram obtidos mais de R\$ 24,8 milhões em regularização de prejuízo.

Apesar do arrefecimento da pandemia, muitas empresas ainda não conseguiram retomar suas atividades integralmente e a Desenvolve SP promoveu, a partir de outubro a dezembro/2022, uma campanha de renegociação que concedia carência de 6 meses, dedução dos encargos por atraso e o pagamento somente de uma parcela à vista para amortização do saldo. Foi renegociado pela campanha mais de R\$ 20 milhões, que saiu da situação de inadimplência possibilitando a manutenção do índice dentro da meta prevista para o exercício.

• **Leilão de ICMS**

Em 2022 a Desenvolve SP realizou o décimo oitavo leilão de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses créditos são ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. O leilão ocorreu em julho e teve um montante de créditos de R\$ 18,7 milhões, sendo adquiridos por R\$ 17,9 milhões, o que representa um deságio de 4,5%.

• **Funding**

Para cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do Estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, a Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a demanda.

Em 2022, foram ratificados pelo Conselho de Administração os processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB) e USD 110 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (COFIE) e com foco em investimento em projetos de infraestrutura para os setores público e privado com conteúdo de sustentabilidade. A operação com o NDB possui prazo total de 10 anos, com 5 anos de carência. Já a captação com o BID possui prazo de 25 anos com 5 anos e 6 meses de carência.

Cabe salientar que no final de 2022, foi aprovado pela Corporación Andina de Fomento (CAF) - Banco de Desarrollo del América Latina o aumento de limite de nossa linha de crédito rotativo de USD 50 milhões para USD 100 milhões.

Outrossim, ressalta-se que em 2022 a Desenvolve SP retomou conversas com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para verificar a viabilidade de uma linha de crédito para financiamento de empresas lideradas por mulheres ou que contratem mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para custear a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2023.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2022 lucro líquido de R\$ 202,6 milhões, o maior de sua história, representando crescimento de 99,6% em relação a 2021.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 304,2 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 22,3 milhões; gerando resultado operacional de R\$ 281,9 milhões (87,8% maior que 2021). O destaque foi para os crescimentos de 163,0% nas receitas com títulos e valores mobiliários, reflexo do aporte do controlador na Instituição no valor de R\$ 1 bilhão e da elevação da Taxa Selic, e, 99,0% nas receitas de prestação de serviços, geradas preponderantemente pela administração dos fundos do Governo. Em contrapartida, houve o crescimento de 114,0% nas despesas com provisões para perdas

esperadas associadas ao risco de crédito.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 1,0 bilhão é decorrente do aporte de capital do controlador, realizado em dezembro/2022, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) no encerramento do exercício foi de 8,57%. O Índice de Eficiência atingiu 20,3% em 2022, uma redução de 13,9 p.p. em relação a 2021.

O total de ativos alcançou R\$ 4,9 bilhões em 2022, composto por 55,0% de títulos e valores mobiliários, 41,0% de operações de crédito (destes, 60,3% de recursos próprios e 39,7% com recursos de terceiros), e 4,0% de outros ativos.

A agência de classificação de risco Fitch Ratings, em 26 de agosto de 2022, afirmou para a Desenvolve SP o rating nacional de longo prazo em ‘AA(bra)’, com perspectiva estável, e o IDR - *issuer default rating* (Rating de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moeda estrangeira em ‘BB-’, também com perspectiva estável. Em 28 de julho de 2022 foi revisada a perspectiva dos IDRs da Desenvolve SP de Negativa para Estável. De acordo com a Fitch “a capitalização da Desenvolve SP é muito forte. No primeiro semestre de 2021, o governo do estado autorizou aportes de capital de R\$ 69 milhões, e a Instituição recebeu R\$ 1 bilhão do governo paulista em novembro de 2021. Em março de 2022, os índices de Capital Nível 1 e de capital total da agência de fomento atingiram 77,8%”. A Fitch destaca ainda que “a qualidade dos ativos da Desenvolve SP é adequada aos riscos que ela assume. Em dezembro de 2021, o índice créditos na faixa ‘D-H’/créditos brutos foi de 10,1% (7,6% em 2020 e 10,6% na média dos últimos cinco anos). Devido ao seu modelo de negócios de desenvolvimento, ao maior apetite por risco e à estratégia de concessão de crédito de longo prazo, as provisões tendem a ser maiores, em média, frente as de outros credores. A Instituição tem bons controles de risco, e a cobertura de provisões para crédito foi satisfatória em dezembro de 2021: 67%”.

VIII. DESTAQUES

► Maior lucro líquido anual da história da Desenvolve SP, no valor de R\$ 202,6 milhões, 99,6 % maior que em 2021;

► Assinatura do convênio do “Programa Desenvolve Municípios”, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para a equalização de taxas e recursos aportados na Desenvolve SP;

► Leilão de créditos de ICMS no valor de R\$ 18,7 milhões;

► Processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB) e USD 110 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

► Desenvolve SP e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) retomaram conversa para verificar a viabilidade de uma linha de crédito para financiamento de empresas lideradas por mulheres ou que contratem mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para custear a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2023.

► Aumento do limite disponível pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) a Desenvolve SP, que passou de US\$ 50 milhões para US\$ 100 milhões;

► Participação no programa Potencializee com recebimento de subvenção de EUR 8 milhões para a criação de um novo fundo garantidor voltado para operações de eficiência energética e com potencial de viabilizar mais de R\$ 400 milhões em operações de crédito ao longo de 3 anos;

► Lançamento da Linha Digitaliza SP, que visa oferecer crédito para MPes da Jornada da Transformação Digital do SENAI-SP;

► Publicação do primeiro Framework de Financiamento Sustentável de uma agência de desenvolvimento do Brasil, em parceria com o BID;

► Desenvolve SP passou a administrar o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (FUNDOCAMP), cujo patrimônio em dezembro de 2022 alcançou o volume de R\$ 46 milhões;

► Desenvolve SP firmou contrato para administração dos recursos do Fundo Garantidor da Habitação (FGH), cujo patrimônio é de R\$ 30 milhões;

► Desenvolvimento de calculadora de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP;

► Publicação de case no Livro do Acordo Ambiental São Paulo, da Cetesb, intitulado Medição do consumo de carbono da Desenvolve SP e neutralização por meio do “Plantio da Integração”;

► Publicação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.945/2021;

► Renovação da adesão ao Pacto Global da ONU - Rede Brasil, para engajar empresas na adoção de princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção;

► Manutenção da adesão ao Acordo Ambiental São Paulo, coordenado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);

► Criação de dois novos comitês colegiados internos: Comitê Gerencial e Comitê de Tecnologia da Informação;

► R\$ 3,1 bilhões sob gestão da Desenvolve SP de 12 fundos estaduais especiais e 6 fundos garantidores;

► Lançamento do Guia ESG da Desenvolve SP, referente às práticas ambientais, sociais e de governança da Desenvolve SP;

► Desenvolve SP alcança a marca de R\$ 6,1 bilhões em desembolsos no acumulado histórico, tendo também ultrapassado a marca de R\$ 1,0 bilhão de desembolsos na linha de crédito digital;

► Em 31 de dezembro, o saldo das operações de crédito da Instituição totalizou R\$ 2,2 bilhões, crescimento de 8,4% quando comparado a dezembro de 2021 e o maior de sua história;

► Desenvolve SP se torna membro da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE);

► Campanha de recuperação de créditos para operações inadimplentes, de outubro a dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Diretoria	
RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO	
Diretor Presidente	
e Diretor de Negócios e Fomento em exercício	
KAREN KEMELY MUSSI MHEREB	
Diretora Financeira e de Crédito	
e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício	

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021	PASSIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades		4	100	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.398.045	1.500.092
Instrumentos Financeiros		4.954.340	3.874.643	Recursos de Repasse	9a	932.706	991.643
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	2.715.166	1.804.700	Empréstimos no Exterior	9b	410.967	447.657
Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	–	4.501	Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	8.652	–
Operações de Crédito	6e	2.239.174	2.065.442	Outros Passivos Financeiros	9c	45.720	60.792
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(211.865)	(140.616)	Provisões		16	1.894
Operações de Crédito	6a e 6e	(211.850)	(140.599)	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		10	96.133
Outros Créditos		(15)	(17)	Outros Passivos		11	57.804
Ativo Fiscal Diferido		14b	114.110				
Outros Ativos		48.296	47.543	Patrimônio Líquido		12	3.386.063
Outros Valores e Bens	7a	41.411	41.968	Capital		3.156.476	2.156.476
Outros Créditos	7b	6.885	5.575	Capital de Domiciliados no País		2.156.476	2.156.476
Imobilizado de Uso		8a	33.849	Aumento de Capital		1.000.000	–
Intangível		8b	9.870	Reservas de lucros		229.587	147.376
Depreciação e Amortização		(7.542)	(6.748)				
Imobilizado		(4.348)	(3.872)				
Intangível		(3.194)	(2.876)				
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		7a e 8a	(1.219)	Total do Passivo		4.939.939	3.885.791
Total do Ativo		4.939.939	3.885.791				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO						
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						
	2º Sem/			2022 31.12.2022 31.12.2021		
	2022	31.12.2022	31.12.2021	2022	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	152.316	282.557	149.385			
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações	70.357	96.364	46.148			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.616	93.205	43.555			
Depreciação e amortização	395	794	792			
Provisão para desvalorização de títulos livres	4.769	3.519	713			
Constituição de perdas por impairment de ativos	(1.221)	(1.221)	800			
Provisão para passivos contingentes	(202)	67	288			
Lucro ajustado antes dos impostos e participações	222.673	378.921	195.533			
Varição ativo/passivo	(1.092.785)	(1.308.374)	(1.113.975)			
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(876.240)	(946.642)	(1.063.619)			
(Aumento)/redução operações de crédito	(131.283)	(195.685)	(96.607)			
(Aumento)/redução créditos tributários(30.434)	(42.240)	(12.786)				
(Aumento)/redução outros créditos	18.318	(1.311)	(830)			
(Aumento)/redução outros valores e bens	520	557	15			
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros	(5.688)	(6.420)	(95.434)			
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	(84.502)	(95.627)	177.117			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO						
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						
	2º Sem/			2022 31.12.2022 31.12.2021		
	2022	31.12.2022	31.12.2021	2022	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	152.316	282.557	149.385			
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações	70.357	96.364	46.148			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.616	93.205	43.555			
Depreciação e amortização	395	794	792			
Provisão para desvalorização de títulos livres	4.769	3.519	713			
Constituição de perdas por impairment de ativos	(1.221)	(1.221)	800			
Provisão para passivos contingentes	(202)	67	288			
Lucro ajustado antes dos impostos e participações	222.673	378.921	195.533			
Varição ativo/passivo	(1.092.785)	(1.308.374)	(1.113.975)			
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(876.240)	(946.642)	(1.063.619)			
(Aumento)/redução operações de crédito	(131.283)	(195.685)	(96.607)			
(Aumento)/redução créditos tributários(30.434)	(42.240)	(12.786)				
(Aumento)/redução outros créditos	18.318	(1.311)	(830)			
(Aumento)/redução outros valores e bens	520	557	15			
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros	(5.688)	(6.420)	(95.434)			
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses	(84.502)	(95.627)	177.117			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						

1 - Contexto operacional
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição" ou "Desenvolve SP") é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo - SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constituiu objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos governamentais;
- Orçamento estadual;
- Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 28 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)				
	2º Sem/			
	2022	31.12.2022	31.12.2021	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	295.402	541.523	369.501	
Operações de crédito	198.134	372.825	292.126	
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio	105.888	197.969	75.260	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8.620)	(29.271)	2.115	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(129.804)	(237.324)	(174.873)	
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(63.189)	(144.120)	(133.984)	
Operações de vendas ou de transferência de ativos financeiros	-	-	2.666	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(66.615)	(93.204)	(43.555)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	165.598	304.199	194.628	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS	(14.109)	(22.210)	(44.183)	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	38.316	68.496	38.455	
Despesas de pessoal administrativas	(25.300)	(49.022)	(45.881)	
Despesas tributárias	(12.757)	(23.449)	(13.996)	
Outras receitas operacionais	3.031	16.791	13.856	
Outras despesas operacionais	(123)	(183)	(485)	
DESPESAS DE PROVISÕES	200	(68)	(288)	
Trabalhista	381	148	(271)	
Outras	(181)	(216)	(17)	
Resultado Operacional	151.689	281.921	150.157	
Resultado não Operacional	627	636	(772)	
Resultado antes da Tributação s/Lucro e Participações	152.316	282.557	149.385	
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(40.635)	(75.587)	(43.888)
Imposto de renda e CSLL corrente	(71.012)	(117.712)	(56.556)	
Imposto de renda e CSLL diferido	30.377	42.125	12.668	
Participação no Lucro	(2.726)	(4.288)	(3.976)	
Resultado Líquido	108.955	202.682	101.521	
Nº de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414	1.902.204.132	
Resultado Líquido por Ação	0,03994	0,07429	0,05337	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	2º Sem/			
	2022	31.12.2022	31.12.2021	
Lucro Líquido do período/exercício	108.955	202.682	101.521	
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	
Resultado Abrangente do período/exercício	108.955	202.682	101.521	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a hedge ou não. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- hedge de risco de mercado; e
- hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e

(2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

• Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

• Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

• Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme disposto pela Resolução nº 4.803/20, emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível.

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	21%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

continua ->

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano. Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Lei 14.446/2022, de 02 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022. A Lei 14.183 de 2021 majorou a alíquota da CSLL para 25% entre 1º julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	100	131
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota 5 a)	205.255	242.413
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	205.355	242.544

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira - Títulos e Valores Mobiliários

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	165.600	2.209.238	2.374.838	-	1.421.076	1.421.076
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	22.644	22.644	-	21.359	21.359
Cotas de Fundo de Renda Fixa	205.255	-	205.255	242.413	-	242.413
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	110.752	-	110.752	-	115.676	115.676
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	7.208	7.208	-	6.188	6.188
(-) Provisões para desvalorizações	(5.420)	(111)	(5.531)	-	(2.012)	(2.012)
Total	476.187	2.238.979	2.715.166	242.413	1.562.287	1.804.700

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	31.12.2022			31.12.2021		
	Capital integralizado	Capital integralizado	Provisão para desvalorização	Capital integralizado	Capital integralizado	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	22.229	50.151 (4.484)	25.000	21.983	49.568
Finhealth I (BBI Financeira I)	10.000	10.000	45.706 (704)	10.000	10.000	45.706 (253)
CRP Empreendedor	10.000	414	1.435	10.000	2.343	9.104
Aeroespacial	15.000	5.667	13.460 (232)	15.000	7.303	11.298 (1.645)
Total	60.000	38.310	110.752 (5.420)	60.000	41.629	115.676 (1.898)

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal	31.12.2022										31.12.2021	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vincendas	406.788	353.980	461.240	662.887	48.041	24.883	29.659	15.306	86.439	2.089.223	2.027.128	
01 a 30	40.769	10.280	12.446	17.875	1.431	918	647	394	1.245	86.005	47.268	
31 a 60	8.186	8.144	10.585	15.226	1.108	762	439	334	346	45.130	40.033	
61 a 90	8.776	7.599	10.272	14.818	1.095	735	437	333	319	44.384	38.465	
91 a 180	39.279	22.537	30.247	44.661	3.147	2.133	1.371	996	979	145.350	120.506	
181 a 360	49.536	47.094	66.009	90.926	7.200	4.313	3.018	2.081	3.924	274.101	244.277	
Acima de 360	260.242	258.326	331.681	479.381	34.060	16.022	23.747	11.168	79.626	1.494.253	1.536.579	
Parcelas Vencidas	-	289	1.045	1.867	48	107	33	19	309	3.717	2.163	
01 a 30	-	289	873	1.406	40	102	24	14	163	2.911	1.293	
31 a 60	-	-	172	461	8	5	9	5	146	806	870	
Subtotal	406.788	354.269	462.285	664.754	48.089	24.990	29.692	15.325	86.748	2.092.940	2.029.291	

Operações em Curso Anormal (a)

	31.12.2022										31.12.2021	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
Parcelas Vincendas	-	-	-	20.931	23.868	28.238	22.771	7.268	19.309	122.385	30.373	
01 a 30	-	-	-	373	243	573	438	188	566	2.381	701	
31 a 60	-	-	-	194	316	570	559	188	559	2.386	733	
61 a 90	-	-	-	194	379	601	557	188	578	2.497	731	
91 a 180	-	-	-	739	1.340	2.061	1.664	561	1.720	8.085	2.266	
181 a 360	-	-	-	2.216	3.070	4.022	3.303	1.121	3.424	17.156	4.515	
Acima de 360	-	-	-	17.215	18.520	20.411	16.250	5.022	12.462	89.880	21.427	
Parcelas Vencidas	-	-	-	1.463	2.511	5.034	4.897	1.931	8.013	23.849	5.778	
01 a 30	-	-	-	332	297	981	577	266	702	3.155	488	
31 a 60	-	-	-	184	402	517	422	224	724	2.473	455	
61 a 90	-	-	-	550	510	420	513	207	672	2.872	543	
91 a 180	-	-	-	397	1.302	1.814	1.554	631	2.139	7.837	1.334	
181 a 360	-	-	-	-	-	1.302	1.831	603	3.319	7.055	2.745	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	457	457	213	
Subtotal	-	-	-	22.394	26.379	33.272	27.668	9.199	27.322	146.234	36.151	
Total	406.788	354.269	462.285	687.148	74.468	58.262	57.360	24.524	114.070	2.239.174	2.065.442	

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	31.12.2022		31.12.2021	
	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações
AA	-	406.788	-	327.248
A	0,5	354.269 (1.771)	422.679	(2.113)
B	1,0	462.285 (4.623)	447.467	(4.475)
C	3,0	687.149 (20.614)	659.370	(19.781)
D	10,0	74.468 (7.447)	51.004	(5.101)
E	30,0	58.261 (17.478)	32.711	(9.813)
F	50,0	57.361 (28.681)	40.226	(20.113)
G	70,0	24.525 (17.168)	18.447	(12.913)
H	100,0	114.068 (114.068)	66.290	(66.290)
Total		2.239.174 (211.850)	2.065.442	(140.599)

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	159.091	140.599	108.344
Créditos baixados para prejuízo	(13.856)	(21.953)	(11.300)
Provisão constituída	66.615	93.204	43.555
Saldo Final	211.850	211.850	140.599

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (Inovação Paulista), FinHealth Gestão de Recursos S/A (BBI Financeira I), CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido Resultado	Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido Resultado	
(US\$+Libor+taxa) x (R\$+%CDI)	158.205	(8.652)	(29.271)	4.501	2.115	

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

Objeto	31.12.2022			31.12.2021		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	-	5.036	30.249	121.570	156.855	167.328
Instrumento	-	(7.183)	(5.054)	3.585	(8.652)	4.501

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

Objeto	31.12.2022						31.12.2021					
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado
Objeto	158.205	159.459	(2.604)	156.855	168.708	(1.380)	158.205	159.459	(2.604)	156.855	168.708	(1.380)
Instrumento	158.205	(6.048)	(2.604)	(8.652)	5.881	(1.380)	158.205	(6.048)	(2.604)	(8.652)	5.881	(1.380)

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade	31.12.2022				31.12.2021				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos	239.725	693.943	933.668	198.553	758.188	956.741			

Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	56.818	165.869	222.687	57.073	128.377	185.450
Empréstimos	358.326	724.493	1.082.819	251.810	671.441	923.251
Total da Carteira de Crédito	654.869	1.584.305	2.239.174	507.436	1.558.006	2.065.442

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(52.646)	(159.204)	(211.850)	(31.173)	(109.426)	(140.599)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	602.223	1.425.101	2.027.324	476.263	1.448.580	1.924.843

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito	2º sem/2022			31.12.2022			31.12.2021		
Financiamentos				75.933	146.617	102.001			
Empréstimos				85.347	172.376	133.021			
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento				14.222	28.976	33.003			
Recuperação de créditos baixados como prejuízo				22.632					

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Devedores diversos - País	1.009	-	1.009	1.318	-	1.318
Rendas a receber	4.895	-	4.895	3.381	-	3.381
Adiantamentos e antecipações salariais	243	-	243	167	-	167
Devedores por compra de valores e bens	32	118	150	32	137	169
Outros	588	-	588	540	-	540
Total	6.767	118	6.885	5.438	137	5.575

8 - Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		Custo Líquido de Depreciação	
				31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis de Uso:							
- Terrenos	-	11.600	-	-	11.600	11.600	
- Edificações	1,67%	20.161	(2.724)	-	17.437	17.006	
Outras Imobilizações de Uso:							
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.571	(1.223)	-	348	468	
Sistema de Processamento de Dados	20%	138	(115)	-	23	29	
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(177)	-	75	96	
Instalações	10%	127	(109)	-	18	27	
Total em 31/12/2022		33.849	(4.348)		29.501		
Total em 31/12/2021		33.849	(3.872)		(751)		29.226

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			31.12.2022	31.12.2021
Outros Ativos Intangíveis:				
Software - adquiridos	5.444	(3.194)	2.250	2.568
Software - gerados internamente em andamento	4.426	-	4.426	2.114
Total em 31/12/2022	9.870	(3.194)	6.676	
Total em 31/12/2021	7.558	(2.876)		4.682

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31.12.2022					31.12.2021		
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	12.626	65.896	81.700	338.161	498.383	53,44	460.992	46,48
FUNGETUR	11.652	45.954	55.474	223.263	336.343	36,06	425.564	42,92
FINEP	2.113	10.194	11.811	56.781	80.899	8,67	87.571	8,83
FINAME	708	2.962	3.184	10.227	17.081	1,83	17.516	1,77
Total	27.099	125.006	152.169	628.432	932.706	100,00	991.643	100,00

b) Empréstimos no exterior

Tranche	31.12.2022					31.12.2021		
	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	Circulante	Não circulante	Total	Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	30.470	73.274	103.744	113.923
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	22.292	56.015	78.307	86.496
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	20.144	51.917	72.061	79.910
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	Libor 6M + 2,45%	158.205	35.285	121.570	156.855	167.328
Total				430.015	108.191	302.776	410.967	447.657

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve a primeira tranche liberada, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica⁽¹⁾						
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	3.322	-	3.322	23.380	-	23.380
Programa Água Limpa	3.164	21.607	24.771	2.342	22.369	24.711
Programa Frota Nova Município	1.368	8.378	9.746	1.804	8.429	10.233
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	366	1.111	1.477	717	1.316	2.033
Programa Renova SP	-	268	268	20	305	325
Programa Desenvolve Municípios	27	6.042	6.069			
Subtotal	8.247	37.406	45.653	28.263	32.419	60.682
Depósitos vinculados	67	-	67	110	-	110
Total	8.314	37.406	45.720	28.373	32.419	60.792

⁽¹⁾ Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10 - Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	45.532	-	45.532	19.917	-	19.917
Contribuição Social	42.613	-	42.613	21.294	-	21.294
Impostos e contribuições sobre salários	2.981	115	3.096	2.903	117	3.020
COFINS	2.049	-	2.049	1.826	-	1.826
Impostos e contribuições diferidos	-	2.116	2.116	-	2.001	2.001
PIS	333	-	333	297	-	297
Outros	394	-	394	212	-	212
Total	93.902	2.231	96.133	46.449	2.118	48.567

11 - Outros Passivos

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias (a)	34.043	-	34.043	18.723	-	18.723
Outras Obrigações (b)	23.349	412	23.761	12.314	416	12.730
Total	57.392	412	57.804	31.037	416	31.453

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	31.250	-	31.250	16.204	-	16.204
Participação nos lucros	2.793	-	2.793	2.519	-	2.519
Total	34.043	-	34.043	18.723	-	18.723

b) Outras Obrigações

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Credores diversos	1.223	-	1.223	654	-	654
Provisões para despesas de pessoal	3.411	412	3.823	3.751	416	4.167
Fornecedores	3.140	-	3.140	3.120	-	3.120
Provisões para despesas administrativas	3.831	-	3.831	4.101	-	4.101
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	11.323	-	11.323	283	-	283
Cobrança e arrecadação de tributos	421	-	421	405	-	405
Total	23.349	412	23.761	12.314	416	12.730

12 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R\$3.156.476 (R\$2.156.476 em 2021) está representado por 2.728.177.414 (1.902.204.132 em 2021) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de março de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$63.925, relativos ao aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R\$51.000) e aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019 (R\$12.925). Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$50.574 relativos às reservas de lucros do exercício de 2020 (R\$32.574) e aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo (R\$18.000). Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital no montante de R\$1.000.000, relativos ao aporte de capital

efetuado pela Fazenda do estado de São Paulo. As aprovações pelo Banco Central do Brasil ocorreram em 23 de abril de 2021, 1º de junho de 2021 e 23 de dezembro de 2021, respectivamente. Em 14 de dezembro de 2022, houve um aporte de capital efetuado pela Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R\$1.000.000 aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2023.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram destinados para essa reserva o montante de R\$10.134 (R\$5.076 em 2021).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$144.411 em 2022 (R\$62.148 dividendos adicionais propostos e R\$82.263 sobre de lucro após distribuição) e R\$ 72.334 em 2021 (R\$31.313 dividendos adicionais propostos e R\$41.021 sobre de lucros após distribuição).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido	202.682	101.521
(-) Reserva Legal	(10.134)	(5.076)
Base de Cálculo Ajustada	192.548	96.445
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	48.137	24.111
JCP adicionais propostos	62.148	31.313
Reserva de lucros	82.263	41.021

d) Lucro por ação

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do período	108.955	202.682	101.521
Número de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414	1.902.204.132
Lucro por ação (R\$)	0,03994	0,07429	0,05337

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Receitas de prestação de serviços	26.083	46.642	23.439
Rendas de tarifas bancárias	12.233	21.854	15.016
Total	38.316	68.496	38.455

b) Despesas de pessoal

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Proventos	(14.576)	(28.163)	(25.996)
Encargos sociais	(5.063)	(9.939)	(9.344)
Benefícios	(4.043)	(7.679)	(7.018)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.231)	(2.600)	(3.010)
Treinamento	(251)	(404)	(313)
Estagiários	(136)	(237)	(200)
Total	(25.300)	(49.022)	(45.881)

c) Outras despesas administrativas

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Processamentos de dados	(5.578)	(10.948)	(6.621)
Serviços técnicos especializados	(3.134)	(6.655)	(7.416)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(2.137)	(3.671)	(1.834)
Contribuições filantrópicas	(2.100)	(2.100)	(1.980)
Serviços do sistema financeiro ^(a)	(355)	(1.947)	(8.029)
Patrocínios e relações públicas ^(b)	(841)	(1.917)	(1.359)
Serviços de terceiros	(403)	(1.802)	(2.275)
Manutenção e conservação de bens	(762)	(1.448)	(1.435)
Propaganda e publicidade ^(b)	(329)	(1.162)	(2.391)
Transporte	(405)	(777)	(631)
Depreciação	(236)	(476)	(468)
Amortização	(159)	(318)	(324)
Vigilância e segurança	(136)	(273)	(259)
Materiais de Escritório	(172)	(258)	(169)
Comunicações	(120)	(226)	(209)
Viagem ao Exterior	(143)	(212)	-
Publicações	(74)	(204)	(373)
Água, energia e gás	(82)	(190)	(155)
Viagem no país	(70)	(181)	(112)
Seguros	(40)	(78)	(92)
Total	(17.276)	(34.843)	(36.132)

^(a) Contempla o montante de R\$ 1.340 (R\$7.768 em 2021), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

^(b) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

d) Despesas tributárias

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Contribuição ao COFINS	(9.778)	(18.058)	(10.646)
Contribuição ao PIS	(1.589)	(2.934)	(1.730)
ISSQN	(1.172)	(2.093)	(1.302)
IPTU	(138)	(277)	(244)
Outras	(80)	(87)	(74)
Total	(12.757)	(23.449)	(13.966)

	Saldo em 31.12.2021		Saldo em 31.12.2022	
Diferenças Temporárias		Baixa	Constituição	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	65.717	(5.424)	41.967	102.260
Rendas de atraso	1.579	(778)	4.693	5.494
Provisões para desvalorização de BNDU	760	(212)	—	548
Provisões para desvalorização de títulos livres	906	(859)	2.442	2.489
Provisões para passivos contingentes	824	(175)	205	854
Provisões para despesas administrativas	2.076	(1.351)	1.733	2.458
Provisões para outros créditos	8	(1)	—	7
Total dos créditos tributários diferidos	71.870	(8.800)	51.040	114.110
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.001)	—	(115)	(2.116)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.001)	—	(115)	(2.116)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	Acima de 2027	Total
Valor nominal	33.973	37.659	8.614	7.036	5.636	21.192	114.110
Valor presente	30.266	30.779	6.519	4.930	3.657	10.940	87.091

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Em 02 de setembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.446, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.115/2022, que estabeleceu a alíquota de CSLL 21% (vinte e um por cento) para as instituições financeiras até o dia 31 de dezembro de 2022, e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2023.

O parágrafo único, do artigo 10, da Resolução CMN nº 4.842/2020, de 30 de julho de 2020, disciplina que, no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos no ativo e no passivo fiscal diferido devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo será liquidada.

Nesse sentido, a parcela do ativo fiscal diferido sobre provisão para perda esperada associada ao risco de crédito de operações inadimplidas, rendas de atraso e provisão para despesas administrativas que seriam realizados até 31 de dezembro de 2022, foram calculados considerando a alíquota majorada de CSLL de 21%.

Neste semestre e exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI e foram levados à despesa o valor de R\$4.934 (R\$400 em 2021). No exercício de 2022, foram registrados no ativo intangível o valor de R\$2.311 (R\$ 1.016 em 2021) referente ao desenvolvimento do sistema GFESP

- Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 3.605 (R\$2.948 em 2021), serviços de publicidade legal de todos o atos de interesse da Instituição R\$97 (R\$292, em 2021 o serviço foi prestado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo que foi incorporada pela PRODESP) e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção "on site" R\$856 (R\$174 em 2021).

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE - INVEST SÃO PAULO - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R\$1.001 (R\$2.738 em 2021).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R\$117 (R\$62 em 2021).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2021, as despesas totalizaram R\$85.

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE - Doação de R\$850 equivalente a dez mil cestas básicas ao Programa Alimento Solidário, do governo do estado, com vistas a minimizar os impactos causados pela pandemia do coronavírus para as famílias carentes paulistas em 2021.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE - Coparticipação de despesas médicas. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R\$67.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º sem/2022	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de Curto Prazo	6.671	13.526	13.524
Superintendentes	5.145	10.412	10.058
Diretoria ^(a)	585	1.320	1.638
Conselho de Administração ^(a)	389	792	761
Comitê de Auditoria	335	671	679
Conselho Fiscal	217	331	388
Outros Benefícios de Longo Prazo	90	224	292
Diretoria ^(a)	90	224	292
Total	6.761	13.750	13.816

^(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2021	Baixa	Constituição	31.12.2022
Trabalhista	1.122	(389)	240	973
Cível	705	—	216	921
Total	1.827	(389)	456	1.894

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhista	467	855
Cível	1.109	942
Total	1.576	1.797

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de apetite por riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da Instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez, social, ambiental e climático).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.

20 - Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da Instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da Instituição.

- Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos

procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;

- Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Gerenciamento do Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) da Instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da Instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022; (iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.

O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.

Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

22 - Política de divulgação de informações do relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da Instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A Suric é responsável pela produção dessas informações.

23 - Programa de testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

24 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25 - Limites operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Desenvolve SP destaca valor de seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital. Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	31.12.2022	31.12.2021
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	2.376.783	2.299.169
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	2.026.783	1.949.169
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.026.783	1.949.169
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	—	—
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	2.376.783	2.299.169
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_{II})	—	—
CAPITAL PRINCIPAL	2.376.783	2.299.169
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.501	29.226
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.317.789	2.146.429
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	216	304
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	447.967	318.542
IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	102.507	1.098
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	2.765.971	2.465.276
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	983.891	945.359
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	69.149	49.306
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	1.633.849	1.071.543
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	73,28%	79,06%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	73,28%	79,06%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	73,28%	79,06%

26 - Análise de sensibilidade

A Instituição classifica todas as suas operações, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Desta forma, a realização de testes de estresse abrange os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PR_{RWA} (PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA), EM PERCENTUAL DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros Pré-Fixada	0,1680%	0,3916%	0,7044%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0011%	0,0027%	0,0049%
Cupom de taxa de juros - TGP	0,0135%	0,0341%	0,0688%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,1344%	0,3182%	0,5841%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0394%	0,0950%	0,1796%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0158%	0,0373%	0,0684%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0005%	0,0012%	0,0022%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	0,0005%	0,0012%	0,0024%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de basileia (PR_{RWA})

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA} , relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito

e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.
Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{FIMA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.
Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{FIMA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais,
27 - Outras informações
a) Efeitos da Pandemia - COVID-19
 A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da COVID-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em home office, (b) o acompanhamento de funcionários que tiveram os sintomas do COVID-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.
 No Brasil, foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo dos anos de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal.
 Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.
 Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.
 Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:
 • Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;
 • Operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

	31.12.2022			31.12.2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Resultado Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Resultado Total
Receitas da Intermediação Financeira	541.523	-	541.523	369.501	-	369.501
Despesas da Intermediação Financeira	(237.324)	-	(237.324)	(174.873)	-	(174.873)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	304.199	-	304.199	194.628	-	194.628
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽¹⁾	(22.278)	-	(22.278)	(43.621)	(850)	(44.471)
Resultado Operacional	281.921	-	281.921	151.007	(850)	150.157
Resultado não Operacional ⁽²⁾	488	148	636	(772)	-	(772)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	282.409	148	282.557	150.235	(850)	149.385
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽⁹⁾	(75.520)	(67)	(75.587)	(43.888)	-	(43.888)
Participações no Lucro	(4.288)	-	(4.288)	(3.976)	-	(3.976)
Lucro Líquido	202.601	81	202.682	102.371	(850)	101.521

DIRETORIA COLEGIADA	
Ricardo Dias de Oliveira Brito Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício	Karen Kemely Mussi Mhreb Diretora Financeira e de Crédito e Diretora Administrativa, de Projetos e Processos em exercício

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente do Conselho de Administração			
Eduardo Marson Ferreira Jerônimo Antunes	Lídia Goldenstein Luiz Márcio de Souza	Roberto Brás Matos Macedo Ricardo Dias de Oliveira Brito	Ricardo Lorenzini Bastos Thiago Pinho Mardo

COMITÊ DE AUDITORIA		
Jerônimo Antunes - Presidente do Comitê de Auditoria		
Francisco Vidal Luna	Izaura Antunes de Sá Finzetto	Walter M. Machado de Barros

CONSELHO FISCAL		
Amauri Gavião Almeida Marques da Silva - Conselheiro Fiscal Efetivo Elisabete Miyuki Nakayama - Conselheira Fiscal Suplente Emília Ticami - Conselheira Fiscal Efetiva	Rodrigo Bezerra da Silva - Conselheiro Fiscal Suplente Wilson Sérgio Pedrosa Junior - Conselheiro Fiscal Efetivo	Marcelo Gomes Sodré - Conselheiro Fiscal Suplente Marisa de Andrade Santarém - Conselheira Fiscal Efetivo Gustavo Carvalho Tapia Lira - Conselheiro Fiscal Suplente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Março de 2022 a Fevereiro de 2023

1. INTRODUÇÃO
1.1 Constituição e Regulação do Comitê de Auditoria
 O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP") foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e na atual versão revisada do seu Regimento Interno, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.
2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO
 O Comitê se reuniu 19 vezes entre março de 2022 a fevereiro de 2023, realizando 128 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.
 Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e independente. O Presidente do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados resumidamente nas atas das reuniões, encaminhadas previamente a esse colegiado, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.
 O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.
 O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.
3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO
 O Comitê efetuou recomendações e sugestões à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos.
 As recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas e acompanhadas.
4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS
 A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.
 A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.
 A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.
 A Auditoria Independente é responsável pelos exames das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.
 Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.
 Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.
5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA
 O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos

Resultados não recorrentes:
⁽¹⁾ Referem-se à Doação de cestas básicas ao Programa Alimento Solidário do Fundo Social de Solidariedade (R\$850 em 2021, registrados na rubrica Contribuições filantrópicas, conforme nota explicativa nº 13.c).
⁽²⁾ Referem-se a: 2022: lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R\$148).
⁽³⁾ Referem-se a: 2022: efeito dos tributos sobre o lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R\$67).
28 - Plano de implementação da resolução CMN nº 4.966/21
 A Instituição constituiu um grupo de trabalho (GT) com os membros da Superintendência Contábil, Superintendência de Controles de Riscos, Compliance e Normas, Superintendência Financeira e Superintendência de Crédito a fim de analisar e implementar as disposições contidas na Resolução CMN nº 4.966.
 De acordo com o entendimento obtido, foram levantados os principais pontos de atenção, para os quais deve haver plano de ação específico:
 - Elaboração do Modelo de Negócios;
 - Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros);
 - Metodologia para cálculo do valor justo;
 - Metodologia para apuração da taxa efetiva;
 - Definição de critérios para identificação de ativos problemáticos;
 - Definição de renegociação e reestruturação de operações de crédito;
 - Metodologia de critérios para baixa de operações de crédito para prejuízo; e
 - Adequações nos relatórios internos para contemplar operações de *hedge*.
 Atualmente a instituição utiliza módulos que compõem a solução Sinqia Bancos e, de acordo com os principais pontos de atenção, os maiores impactos previstos ocorrerão nos módulos: Empréstimo, Renda Fixa, Contabilidade e *Compliance & Risk*.
 A Instituição está enquadrada no segmento 4 (S4) do Sistema Financeiro Nacional e devem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
 Devido à complexidade na implementação da norma, a Instituição iniciou o processo de contratação de uma consultoria especializada no assunto, visando o mapeamento, construção de propostas de políticas, metodologias, especificação de sistemas e de processos.
29 - Eventos subsequentes
 Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R\$1.000.000.
Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária
 Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.
 Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.
 A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL	
Washington Haruo Hirata CRC 1SP165475/O-4	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente do Conselho de Administração			
Eduardo Marson Ferreira Jerônimo Antunes	Lídia Goldenstein Luiz Márcio de Souza	Roberto Brás Matos Macedo Ricardo Dias de Oliveira Brito	Ricardo Lorenzini Bastos Thiago Pinho Mardo

COMITÊ DE AUDITORIA		
Jerônimo Antunes - Presidente do Comitê de Auditoria		
Francisco Vidal Luna	Izaura Antunes de Sá Finzetto	Walter M. Machado de Barros

CONSELHO FISCAL		
Amauri Gavião Almeida Marques da Silva - Conselheiro Fiscal Efetivo Elisabete Miyuki Nakayama - Conselheira Fiscal Suplente Emília Ticami - Conselheira Fiscal Efetiva	Rodrigo Bezerra da Silva - Conselheiro Fiscal Suplente Wilson Sérgio Pedrosa Junior - Conselheiro Fiscal Efetivo	Marcelo Gomes Sodré - Conselheiro Fiscal Suplente Marisa de Andrade Santarém - Conselheira Fiscal Efetivo Gustavo Carvalho Tapia Lira - Conselheiro Fiscal Suplente

relevantes e, em decorrência, avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e a autonomia dos auditores internos.
 O Comitê acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
 Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados com abrangência adequada e qualidades apropriadas ao longo do período.
 O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos relatório apresenta opinião sem ressalvas.
 Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos.
6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.
 O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.
 Por fim, o Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência às normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.
 O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.
7. CONCLUSÕES
 O Comitê de Auditoria, considerando as suas atividades realizadas no período de março de 2022 a fevereiro de 2023, as informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, conclui, ponderadas as limitações naturais decorrentes de sua atuação, que: a) os sistemas de controles internos, a política de conformidade e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital foram efetivos; b) a Auditoria Interna atuou com independência e a natureza, extensão e qualidade dos trabalhos foram satisfatórias; c) as demonstrações financeiras de 31/12/2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas pela legislação societária brasileira e regulamentação do BACEN, e d) Os auditores independentes atuaram com objetividade e independência e emitiram opinião sem ressalvas sobre referidas demonstrações financeiras.
 Em decorrência das conclusões acima expostas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022 da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023	
Jerônimo Antunes Presidente do Comitê de Auditoria	Francisco Vidal Luna Membro do Comitê de Auditoria
Izaura A. de Sá Finzetto Membro do Comitê de Auditoria	Walter M. Machado de Barros Membro do Comitê de Auditoria

***continuação** **PARECER Nº 001/2023 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente

Eduardo Marson Ferreira - Conselheiro
Lídia Goldenstein - Conselheira
Ricardo Dias de Oliveira Brito - Conselheiro
Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro

Jerônimo Antunes - Conselheiro
Luiz Márcio de Souza - Conselheiro
Ricardo Lorenzini Bastos - Conselheiro
Thiago Pinho Mardo - Conselheiro

PARECER Nº 001/2023 DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva
Conselheiro
Emília Ticami
Conselheira

Marisa de Andrade Santarém
Conselheira
Wilson Sérgio Pedroso Junior
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** (“**Instituição**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 211.850 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. A Administração considerou os impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da COVID-19. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela COVID-19 e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ativo fiscal diferido:** Conforme Nota Explicativa nº 14 (b), foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 114.110 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as**

demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédo dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4